

Desigualdade econômica ou justiça social para todos?

Victor Báez Mosqueira e Yasmin Fahimi

JUNHO DE 2014

- No esteio da crise econômica, a desigualdade social passou estar no centro do interesse político. Na opinião de economistas renomados, como Joseph Stiglitz, salários estagnados para a massa da população por um lado e patrimônios crescentes do outro, constitui a causa principal do crescimento especulativo movido pelo endividamento que antecedeu o estouro da bolha financeira. A conta é paga sobretudo pelas pessoas de baixa e média renda nos países que seguiram a política de austeridade. O resultado são elevadas taxas de desemprego, salários reais em queda, recessão prolongada. Com a reabertura dos casinos e os mercados de ações novamente em franca expansão, após a ajuda dos bancos centrais, a desigualdade alastra-se praticamente por toda parte.
- O aumento da desigualdade de renda tem a ver com três tendências. Primeiro, globalmente a distribuição de renda entre salários e lucros desenvolveu-se em detrimento dos salários. Segundo, em alguns casos houve um aumento drástico da diferença entre a renda do trabalho. Terceiro, a correção da distribuição de renda pela política tributária e de transferência de renda ficou aquém do passado.
- Diante desta situação, estamos unidos na convicção que a saída da crise exige uma resposta urgente e estrutural. Para tal, é imperativa uma participação dos partidos de esquerda e progressistas, dos sindicatos, dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras bem como das diversas formas de expressão coletiva do povo. Entre outros, portanto, os movimentos sociais, os movimentos dos agricultores, dos ambientalistas, estudantes, feministas, organizações de jovens e crianças, defensores dos direitos humanos, movimentos que protegem as vítimas de violência, movimentos a favor da diversidade sexual bem como da economia solidária, organizações em prol dos direitos de migrantes, de educadores e promotores da arte e cultura. No atual século 21 globalizado, a humanidade só poderá solucionar os desafios existenciais com uma atuação conjunta, reconfigurando as assimetrias históricas entre norte e sul e dotando as instituições globais de capacidades, a fim de regular as tensões, disparidades e conflitos deste processo..



Índice

■ Introdução	03
■ 1 Tendências na distribuição de renda e patrimônio	03
■ 2 As causas e consequências da desigualdade econômica	05
■ 2.1 Uma análise das causas da desigualdade crescente	05
■ 2.2 Consequências econômicas, sociais e políticas da desigualdade crescente	05
■ 3 Abordagens políticas para combater a desigualdade econômica	07
■ 3.1 Uma sinopse das abordagens políticas	07
■ 3.2 As abordagens que influenciam as rendas do mercado e a distribuição primária ..	07
■ 3.3 Redistribuição estatal e distribuição secundária	08
■ 3.4 Medidas indiretas e complementares	10
■ 4 Resumo: A necessidade de ações comuns e possíveis alianças	10
■ Literatura	11
■ Autores	14



Introdução

No esteio da crise econômica, a desigualdade social passou estar no centro do interesse político. Na opinião de economistas renomados, como Joseph Stiglitz, salários estagnados para a massa da população por um lado e patrimônios crescentes do outro, constitui a causa principal do crescimento especulativo movido pelo endividamento que antecedeu o estouro da bolha financeira. A conta é paga sobretudo pelas pessoas de baixa e média renda nos países que seguiram a política de austeridade. O resultado são elevadas taxas de desemprego, salários reais em queda, recessão prolongada. Com a reabertura dos casinos e os mercados de ações novamente em franca expansão, após a ajuda dos bancos centrais, a desigualdade alastra-se praticamente por toda parte.

Não apenas progressistas e pessoas de esquerda alertam para as consequências da desigualdade crescente. A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, adverte: “Rising inequality can damage economic growth and social ties, and may also cause political instability” (O aumento da desigualdade pode prejudicar o crescimento econômico e as relações sociais, além de ainda poder gerar instabilidade política). Os autores do relatório anual sobre os riscos globais, publicado pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, julgam que o fosso crescente entre ricos e pobres constitui o maior risco para a economia mundial.

1 Tendências na distribuição de renda e patrimônio

Com a vitória do neoliberalismo, a partir dos anos 1980, o desenvolvimento da distribuição de renda e patrimônio foi maciçamente em detrimento dos menos privilegiados nos últimos 25 anos. Embora muitos países, mormente na Ásia, estejam passando por um processo de recuperação em relação aos países ocidentais, os beneficiários são, em primeira linha, as elites (os 10 % do topo da pirâmide) e, em menor grau e de forma moderada, a nova classe média. Já os 40 % da camada inferior da escala de renda tiram pouco proveito. Segundo estimativas, a quinta parte mais rica da população mundial passou a ganhar 50 vezes do que a quinta parte mais pobre

(Dauderstädt/ Keltek, 2011). A título de comparação, na Alemanha a relação perfaz 4,5. (ibid.)

O aumento da desigualdade de renda tem a ver com três tendências. Primeiro, globalmente a distribuição de renda entre salários e lucros desenvolveu-se em detrimento dos salários. Enquanto os rendimentos do capital tiveram crescimento de dois dígitos, houve uma estagnação da média dos salários reais. Sendo que há uma diferença importante: Enquanto trabalhadores ao abrigo de uma convenção coletiva tiveram de continuar a abrir mão de aumentos, o número rapidamente crescente de trabalhadores em relações de trabalho precárias ou atípicas tiveram de engolir perdas salariais reais. Ao considerarmos todos os países desenvolvidos, houve uma queda da participação de salários no produto interno bruto (participação dos salários no PIB) de 74 % para 65 % entre 1980 e 2010 (Stockhammer, 2013). Mesmo em países em desenvolvimento e emergentes registra-se uma diminuição da participação salarial – no México, na Turquia e na Coreia do Sul trata-se em média de reduções iguais ou superiores a 20 pontos percentuais. No lado do capital, foram, em especial, os atores do setor financeiro que encheram os bolsos, não por conta de um “milagre de produtividade” mas por causa de lucros fictícios sem valor para economia nacional. Nos países OCDE, os rendimentos do capital crescem mais rápido do que a economia em geral desde os anos 1980. Esta evolução acarreta uma concentração de bem-estar e um encolhimento da classe média (Piketty, 2014).

Segundo, em alguns casos houve um aumento drástico da diferença entre a renda do trabalho. Se em 1970, a remuneração média de um alto executivo nos EUA era 30 vezes maior que o salário do trabalhador comum, hoje o *gap* está em 300 vezes ou mais. Na Grã-Bretanha, os chefões das empresas do FTSE100 embolsavam 120 vezes mais em comparação ao salário médio dos seus colaboradores em 2013.

Em muitos países, deu-se um desacoplamento entre crescimento econômico e bem-estar material da grande maioria da população. Desde 2009, 95 % dos aumentos de renda ficam com o 1 % mais rico da população nos EUA (Stiglitz, 2013). E parece ser esta a tendência: já no período de 1976 a 2007,



o 1 % superior da escala de renda garantiu para si a maior parte com 58 % do aumento da renda (Atkinson / Piketty / Saez, 2011). Em outros países OCED constata-se a mesma tendência. A base de dados *World Top Income Database* indica o tamanho da participação da renda antes dos impostos para 26 países. Com base nestes dados, verifica-se que a participação da renda do percentil mais rico da população cresceu em praticamente todos os países desde os anos 1980. Mesmo em países com tradição igualitária, como a Suécia ou a Noruega, o aumento foi superior a 50 % (Oxfam 2013). Na China e em Portugal, os números mais que dobraram.

Terceiro, a correção da distribuição de renda pela política tributária e de transferência de renda ficou aquém do passado. Em muitos países, a progressão tributária foi reduzida significativamente nos últimos anos. Nos EUA, a progressão quase que desapareceu na ponta superior da escala de renda. A tributação dos rendimentos do capital ser inferior aos impostos pagos pela renda do trabalho em quase todos os países representa um desenvolvimento na direção errada. Assim por exemplo, o imposto sobre lucros de capital está em torno de 25 % na Alemanha, enquanto a tributação da renda do trabalho pode chegar a 42 %.

A América Latina é uma de duas regiões que não se tornaram mais desiguais nas últimas décadas. Apesar de continuar sendo uma das regiões com a maior desigualdade de renda, a diferença diminuiu em 14 dos 20 países latino-americanos entre 1990 e 2012¹. Esta mudança está ligada a três fatores: Melhoria do ensino médio, uma política de salário mínimo ativa por parte do Estado e programas estatais de transferência de renda a favor dos pobres

1 O coeficiente de Gini é uma medida estabelecida para medir a concentração relativa da renda ou da distribuição de patrimônio. Seus valores estão entre 0 e 1. Na distribuição de renda/patrimônio igualitária máxima (isto é, quando cada pessoa recebe exatamente a mesma renda média do conjunto em apreciação), o coeficiente de Gini assume valor 0; no outro extremo temos a máxima desigualdade na distribuição de renda e patrimônio (ou seja, uma única pessoa recebe a renda completa / é dona de todo o patrimônio do conjunto em apreciação) neste caso o coeficiente assume o valor um.

(UNDESA 2013).

A diferença distributiva com relação ao patrimônio é ainda mais pronunciada que a desigualdade de renda. Quase a metade dos bens estão nas mãos do 1 % mais rico. Mais chocante é, porém, outro número: as 85 pessoas mais ricas do mundo detêm mais patrimônio que a metade mais pobre da população total (Oxfam 2013). Isto se deve primordialmente à lógica do capitalismo financeiro, mas também tem a ver com as numerosas possibilidades de evitar o recolhimento de impostos ou a evasão fiscal. Uma parte considerável do patrimônio dos ricos está escondida em paraísos fiscais. Segundo estimativas há cerca de 18,5 trilhões de dólares americanos não tributados em empresas offshore (Oxfam, 2014). Um terço desta fortuna pertence a investidores que possuem mais de um milhão de dólares americanos (Ötsch 2012).

2 As causas e consequências da desigualdade econômica

2.1 Uma análise das causas da desigualdade crescente

Como não poderia deixar de ser, as opiniões sobre as causas da desigualdade crescente divergem. Para uns, são resultado das leis econômicas da oferta e procura. Para outros, as decisões políticas em prol do mercado são os principais responsáveis.

Para uns se deve à mudança tecnológica que vai em detrimento das pessoas menos qualificadas (“*Skills-biased technological change*”), mas também tem a ver com a concorrência crescente de países com salários baixos que minam o nível salarial doméstico. Para outros é resultado do desmantelamento das regras estatais dos mercados financeiro e de trabalho, das reduções fiscais para empresas e ricos e do endeusamento do shareholder value.

2.2 Consequências econômicas, sociais e políticas da desigualdade crescente

A desigualdade supera em muito o que a maioria das pessoas considera justo, o que gera um enorme



problema de justiça. Além disso, tem repercussões econômicas, sociais e políticas. A desigualdade vai engessando as relações de poder e as chances sociais. Até em democracias, supostamente bem estabelecidas, cresce a influência e dominação de elites com poderio financeiro sobre as decisões políticas. Foi-se o poder do povo e viva o poder do dinheiro, a plutocracia.

• A desigualdade e o desenvolvimento econômico

O debate sobre a desigualdade está passando por um processo de mudança. Por décadas, predominou a visão neoclássica, que parte do pressuposto de um conflito entre crescimento e distribuição: a distribuição da renda dos ricos para os pobres implicaria um crescimento menor; a redistribuição diminuiria o incentivo ao desempenho. A desigualdade não seria o problema, e sim, a pré-condição para o crescimento da economia.

Por outro lado, a desigualdade até pode impedir o crescimento, por exemplo, se a educação e a saúde são afetadas ou se conflitos sociais prejudicam a estabilidade política. Ademais, uma análise meramente microeconômica não considera o papel da demanda. Inevitavelmente, as pessoas de baixa renda consomem uma parcela maior da sua renda em comparação àqueles que auferem rendimentos superiores. Mas vale o seguinte: a partir de um certo grau, a desigualdade baseada na renda produz uma procura mais fraca e o avanço da desigualdade acaba enfraquecendo ainda mais a demanda.

A crise financeira mais recente mudou a postura com relação à desigualdade. Deixou de ser considerada apenas como um possível problema de origem predominantemente social, mas é percebida cada vez mais como um problema econômico. Um novo estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) comprova a relação existente no mundo todo entre uma desigualdade menor e um crescimento econômico robusto (Berg e Ostry, 2011). Um estudo subsequente constatou que a política redistributiva do Estado não teria gerado efeitos negativos sobre o crescimento econômico, ao contrário, em geral, teria contribuído para a promoção do crescimento econômico (Ostry / Berg / Tsangarides, 2014).

Antes foram realizadas análises que revelaram paralelos surpreendentes entre a grande depressão dos anos 1930 e a “grande recessão” de 2007 e 2008. Em ambas as crises houve um forte avanço da desigualdade associada a um endividamento crescente das pessoas de baixa e média renda (Kumhof / Rancière, 2010).

• A desigualdade e o desenvolvimento social

Uma forte desigualdade não enfraquece apenas as perspectivas de crescimento econômico no longo prazo e aumenta a susceptibilidade das economias nacionais a crises, mas enfraquece o efeito de diminuição da pobreza inerente ao crescimento econômico (UNDESA, 2013: pág. 66 e seg.). Uma redução da pobreza particularmente grande foi registrada em países, que no início do ciclo de crescimento já dispunham de uma distribuição igualitária de renda e bens, como a Coreia do Sul e Taiwan nos anos 1960 e 1970 ou a China nos anos 1980. O mesmo se aplica a países nos quais a desigualdade diminuiu durante o processo de crescimento e com a melhor distribuição, como aconteceu ultimamente em partes da América Latina.

As pesquisas mostram que a crescente distribuição desigual também exerce uma influência negativa sobre a permeabilidade social. Mesmo em países com uma tradição de elevada mobilidade social, como os EUA, as oportunidades na vida da próxima geração dependem cada vez mais do status dos pais. Esta relação foi apresentada pelo presidente do conselho de assessores econômicos (Council of Economic Advisers), Alan Krueger, como “curva do grande Gatsby” (Great Gatsby Curve) (Krueger, 2012): Quem nasce nas camadas mais pobres, continuará (relativamente) pobre na geração seguinte. Os ricos normalmente tendem a ficar entre si². Esta relação também está sendo percebida na Alemanha. Há uma tendência: as chances de ascensão social pela educação estão em queda para os filhos de camadas mais humildes ou sem instrução.

2 Após a “A curva do grande Gatsby” surgiu o ditado: “If you want to live the American Dream you must go to Norway” (se quiser viver o sonho americano, você deve se mudar para a Noruega).



Em 2009, os epidemiologistas britânicos Richard Wilkinson e Kate Pickett apontaram a relação entre desigualdade de renda e problemas sociais no seu best-seller “*The Spirit Level – Why More Equal Societies Almost Always Do Better*” (com título em português: “O Espírito da Igualdade: Por Que Razão Sociedades Mais Iguais Funcionam Quase Sempre Melhor”). A correlação aplica-se a todos os tipos de problemas sociais, de saúde mental à expectativa de vida, passando pelo consumo de drogas, obesidade, desempenho escolar e gravidez na adolescência e taxa de homicídios. Segundo os autores, países com desigualdades, como os EUA e a Grã-Bretanha, teriam mais problemas sociais do que, por exemplo, o Japão ou os países escandinavos. Sociedades desiguais seriam mais impiedosas, frias e duras.

3 Abordagens políticas para combater a desigualdade econômica

3.1 Uma sinopse das abordagens políticas

Defensores da teoria dos mercados eficientes consideram positivos os resultados distributivos quando refletem o funcionamento de mercados livres. Neste caso, cada um seria remunerado de acordo com sua contribuição ao bem-estar da sociedade. Caso algumas normas sociais exigirem correção, as intervenções do Estado não deveriam afetar a renda do mercado, mas no máximo ocorrer por meio de impostos, taxas ou contribuições. Medidas em conformidade com o mercado seriam, sobretudo, aquelas que ajudam a criar mais igualdade de oportunidades no mercado, tais como os gastos com educação.

Uma oferta de qualidade em matéria de educação e saúde melhora a igualdade de oportunidades e a mobilidade social para todos, sendo por isso, eficiente do ponto de vista econômico. Contudo, também precisamos de abordagens políticas com efeito no curto prazo que cuidam do aqui e agora. Neste contexto, fazem-se necessárias, por um lado, intervenções na renda do mercado, como por exemplo: salários mínimos fixados pelo Estado, regras para reduzir o *gap* salarial entre homens e mulheres (“gender pay gap”), tetos relativos para salários de altos executivos. Por outro, o Estado pode contri-

buir para a redução das desigualdades com uma política de redistribuição baseada nas receitas (cobrança de impostos) e gastos.

A redução da desigualdade é, antes de mais nada, uma tarefa da política nacional. Contudo, a cooperação internacional nesta questão é decisiva. Isto vale, em especial, para combater a fuga de capitais e a evasão fiscal de empresas transnacionais ou pessoas com grandes fortunas, pois são uma causa importante da crescente concentração de renda e patrimônio.

3.2 As abordagens que influenciam as rendas do mercado e a distribuição primária

Uma redução da disparidade de renda “de baixo” pode ser conseguida com salários mínimos fixados pelo Estado ou atrelados à evolução da inflação ou ao desenvolvimento da média salarial. No entanto, a estrutura salarial também depende do papel desempenhado pelos sindicatos. A função dos sindicatos é compensar o poder do mercado que falta aos assalariados individuais com o poder de organização e de negociação de uma representação de interesses comum baseada na solidariedade e em ações coletivas. Onde a taxa de sindicalização é fraca, as convenções coletivas negociadas pelos sindicatos podem obter aplicação e validade geral através de regulamentação nacional na forma de portarias de extensão.

É mister, lutar contra as relações de trabalho informais e atípicas, defendendo o trabalho decente. Instrumentos de política de mercado de trabalho, como programas de emprego, igualmente podem melhorar a renda. Como exemplo podemos citar um programa de criação de emprego na zona rural, o “*Mahatma Ghandi National Rural Employment Guarantee Act*” (MNREGA) criado em 2005 na Índia. Este programa garante a cada domicílio em zonas rurais 100 dias de trabalho por ano com remuneração igual ao salário mínimo. Até a redução da jornada de trabalho, banco de horas ou uma proteção razoável contra demissões são medidas que estabilizam a renda e o emprego em tempos de crise e contribuem para a promoção de mais igualdade.



Uma diminuição da desigualdade “por cima” pode ocorrer na forma de limites máximos para salários, bônus, indenizações e aposentadorias. Contudo, pouco aconteceu neste sentido. Apesar de haver planos na União Europeia, segundo os quais os acionistas de empresas cotadas na bolsa deveriam decidir sobre a remuneração da diretoria no futuro, na forma de uma “relação de pagamento” (“pay ratio”), ou seja, a relação entre os salários desembolsados para diretores e a média dos salários pagos pela empresa. O que suscitou fortes reações da lobby corporativa, apesar de não terem sido previstas normas estatais (Financial Times, 07.03.2014). Pelo visto, temem até os efeitos da maior transparência.

3.3 Redistribuição estatal e distribuição secundária

A redistribuição efetuada pelo Estado através de impostos, taxas e contribuições mas também por transferências diretas pretende corrigir o aumento da diferença de renda. As medidas de transferência de renda entram na ponta inferior e podem ser concebidas como ajuda social em função da necessidade e vinculadas a exigências do tipo “transferência condicional de recursos” (“conditional cash transfer”), como acontece no programa “Bolsa Família” ou como é recomendado no modelo do “Piso de Proteção Social” (“social protection floor”) proposto pela Conferência Internacional do Trabalho de 2012. Este último preconiza assegurar cuidados de saúde essenciais e uma renda básica universal e estabelece princípios gerais de uma renda mínima sócio-política.

Outros gastos públicos repercutem sobre a distribuição de renda, só que não beneficiam todos na mesma medida. Não importa se são gastos com estradas, escolas, creches ou jardins de infâncias públicos, hospitais, bibliotecas, teatros ou óperas, transporte público, merenda escolar gratuita ou luz e alimentos básicos subsidiados. No passado, estes benefícios em natura do Estado eram frequentemente designados como “social wage” (salário social) nos debates em torno do estado do bem-estar. Não equivalem, porém, a uma redistribuição de “cima” para “baixo”. Os maiores beneficiados são geralmente aque-

les que conseguem representar melhor os seus interesses publicamente e estes raramente são os mais necessitados da sociedade. Se houver corrupção em jogo, os tomadores de decisão políticos e empresários aliados ainda tiram proveito.

Uma política com sensibilidade distributiva deveria sempre analisar quem é beneficiado por quais medidas. Este procedimento poderia ser útil, em especial, em países em desenvolvimento e emergentes, por exemplo, na questão dos subsídios energéticos. Visto que, sobretudo, em países com uma administração incipiente, os programas públicos poucas vezes beneficiam os mais necessitados, por serem os menos capazes de reivindicar seus direitos. Esta situação poderia ser melhorada por sistemas como o “*Public Expenditure Tracking*” (PETS – rastreamento dos gastos públicos).

A redistribuição pública geralmente assenta no sistema tributário, mas em hipótese alguma todos os sistemas tributários taxam mais aqueles que auferem a renda mais elevada e menos aqueles que recebem renda mais baixa. Em particular, nos países em desenvolvimento, cujas receitas com frequência provêm de impostos sobre o consumo, os tributos cobrados dos mais pobres são proporcionalmente maiores que os pagos pelos ricos.

Um sistema tributário progressivo é caracterizado pelo fato de alimentar-se majoritariamente de impostos diretos, como imposto de renda de pessoa física e imposto de renda de pessoa jurídica. Deveriam onerar as rendas mais altas mais do que as mais baixas, ou seja, o contrário do “flat tax” (imposto de alíquota única), como foi introduzido, por exemplo, em quase toda a Europa Oriental e na Ásia Central no fim do socialismo. Do ponto de vista distributivo, a taxação da renda de capitais não deveria ser menor do que a da renda do trabalho. É, porém, exatamente isso que está acontecendo atualmente em grande parte dos países. Todos os tipos de renda deveriam receber tratamento igual.

Neste tipo de sistema tributário, as transações financeiras também estariam sujeitas a um imposto sobre valor agregado (IVA). Trata-se de uma das poucas transações econômicas que até a presente



data estão total ou parcialmente isentas de imposto na maioria dos países. Sem falar do efeito de estabilização dos mercados financeiros e do esperado potencial de arrecadação (nada desprezível), um imposto sobre transações financeiras seria um dos poucos impostos indiretos com efeito distributivo progressivo em vez de “regressivo”.

Nas últimas décadas, foram, sobretudo, as reduções das alíquotas máximas do imposto de renda de pessoas físicas, as reduções das alíquotas da renda de aplicações financeiras e as reduções do imposto de renda de pessoas jurídicas que geraram mais desigualdade. Os efeitos positivos esperados destas medidas muitas vezes não ocorreram. Na Alemanha, por exemplo, a redução dos impostos sobre as empresas não levou as empresas a investirem mais, ao contrário, a taxa de investimento macroeconômica tendencialmente até sofreu uma diminuição. Qualquer agenda tributária progressiva deveria, por conseguinte, corrigir os descaminhos da política fiscal das duas últimas décadas.

Mais importante, é preciso corrigir a distribuição de patrimônio que escapou do controle. Os instrumentos mais indicados são o imposto de transmissão (imposto sobre herança) e o imposto sobre grandes fortunas. Tal é especialmente relevante para países com perspectiva de baixas taxas de crescimento do seu produto nacional bruto (PNB), porque os rendimentos do capital promovem uma concentração de riqueza permanente.

Em países altamente endividados, nos quais os esforços para diminuir o grau de endividamento não estão surtindo efeito, apesar de grandes sacrifícios da população, resta normalmente a saída do refinanciamento da dívida ou de um perdão parcial da dívida. Aqui, sobretudo os mais ricos deveriam dar uma contribuição justa, na forma de uma taxa extraordinária para grandes fortunas ou um empréstimo compulsório a juros baixos ou sem juros.

Uma oneração maior de rendas maiores e grandes fortunas bem como de empresas que fogem da sua responsabilidade fiscal, só poderá ser implementada de forma eficaz, se finalmente houver regras internacionais para combater a concorrência fiscal,

harmonizar a legislação fiscal, acabar com os paraísos fiscais e permitir o intercâmbio automático de informações em autoridades fiscais.

3.4 Medidas indiretas e complementares

As reformas realizadas ou iniciadas até agora são totalmente insuficientes para evitar uma outra crise financeira, ou pelo menos limitar os impactos da crise aos que a causaram. É preciso coibir atividades econômicas e financeiras cujas vantagens macroeconômicas não correspondam ao risco inerente. No centro está a questão da responsabilidade. Apesar de todas as reformas recentes, a base de capital de bancos e outros atores financeiros continua totalmente insuficiente. Os especuladores podem continuar tranquilos na certeza que o Estado intervém em caso de sinistro, o que significa na prática que os contribuintes pagam a conta. O incentivo para um comportamento irresponsável persiste. Isto vale em especial para institutos que, devido ao seu tamanho, são supostamente grandes demais para falir (“Too Big To Fail”).

4 Resumo: A necessidade de ações comuns e possíveis alianças

A profunda crise econômica, social e política que eclodiu nos países do primeiro mundo, a partir de 2008 e se espalhou mundo afora, criou um enorme desafio para os povos e as nações das regiões à sua volta e dependentes deles: os custos para superar esta nova crise não devem ficar por conta dos trabalhadores e das trabalhadoras bem como das populações em geral.

Atualmente, presenciamos o desenvolvimento de uma crise internacional de grandes proporções e longo alcance, que requer um questionamento do modelo neoliberal hegemônico imposto por mais de três décadas. Até agora, os países centrais apresentaram apenas respostas conjunturais, que consistem na adoção de medidas políticas que seguem a mesma lógica das ações que desencadearam a crise passada. Isto resultou em um acirramento dos efeitos mais nefastos da crise com implicações inegáveis para as maiorias sociais. Torna-se cada vez



mais nítido que a política em prol das empresas e do salvamento dos bancos em vez dos povos agrava o desemprego, a desigualdade e a exclusão social.

Diante desta situação, estamos unidos na convicção que a saída da crise exige uma resposta urgente e estrutural. Para tal, é imperativa uma participação dos partidos de esquerda e progressistas, dos sindicatos, dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras bem como das diversas formas de expressão coletiva do povo. Entre outros, portanto, os movimentos sociais, os movimentos dos agricultores, dos ambientalistas, estudantes, feministas, organizações de jovens e crianças, defensores dos direitos humanos, movimentos que protegem as vítimas de violência, movimentos a favor da diversidade sexual bem como da economia solidária, organizações em prol dos direitos de migrantes, de educadores e promotores da arte e cultura. No atual século 21 globalizado, a humanidade só poderá solucionar os desafios existenciais com uma atuação conjunta, reconfigurando as assimetrias históricas entre norte e sul e dotando as instituições globais de capacidades, a fim de regular as tensões, disparidades e conflitos deste processo.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), criada em 1983 pelas Nações Unidas definiu o desenvolvimento sustentável da seguinte forma “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

O termo “desenvolvimento sustentável” surge como uma alternativa que se opõe à lógica neoliberal, como uma maneira de compreender e organizar os aspectos fundamentais da vida social, a partir de uma nova lógica, como resposta elaborada pelas e para as maiorias do povo, como uma nova confirmação da pedra angular do trabalho digno, da distribuição da riqueza, da democracia participativa, da igualdade entre homens e mulheres, da integração regional, destacando-se a articulação nas negociações internacionais, da consolidação de posições comuns sobre temas de interesse comum, da troca de experiências bem-sucedidas entre governos, da proteção social e inclusão de todas as

pessoas, gerações e do meio ambiente e assim, fazendo a integração das dimensões econômica, social, ecológica e política.

Ante os desafios enormes, não devemos ficar paralisados em estado de choque, ao contrário, é hora de agir e formular opções concretas para uma transformação. Nas nossas sociedades existem muitas vozes críticas, mas também há um potencial solidário e emancipatório. Por isso, é mais importante que nunca que os partidos, os sindicatos e as organizações da sociedade civil retomem este impulso e promovam a discussão e o desenvolvimento de alternativas. Precisamos de soluções concretas para enfrentar os problemas atuais, mas sem descuidar do futuro, e criar as bases para sociedades com mais justiça social.

Literatura

Admati, A./ Hellwig, M. (2013): *The Bankers' New Clothes – What's Wrong with Banking and What to Do about it*. Princeton, NJ.

Atkinson, A. / Piketty, T. / Saez E. (2011): *Top incomes in the long run of history*. *Journal of Economic Literature*, vol.49, No.1, (March), pp.3-71. Zit nach: UNDESA, 2013, a.a.O.

Berg, A. / Ostry, J.D. (2011): *Inequality and unsustainable growth: Two sides of the same coin?* IMF Staff Discussion Note 11/08. Washington, D.C.: International Monetary Fund. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2011/sdn1108.pdf>

Dauderstädt, M. / Kelttek C. (2011): *Globale Ungleichheit: 50:1 für die Reichen!*, WISO direkt, *Analysen zur Wirtschafts- und Sozialpolitik* <http://library.fes.de/pdf-files/wiso/08017.pdf>

Financial Times (2014): *EU plans fresh rules on executive pay – FT.com* (7.3.2014)

Grabka M.M. / Westermeier C. (2014): *Anhaltend hohe Vermögensungleichheit*

in Deutschland. In: *DIW Wochenbericht* Nr. 9.2014, S.151-164 <http://www.diw.de/documents/>



publikationen/73/diw_01.c.438708.de/14-9.pdf

Hentrich, S. (2011): Ist Gleichheit wirklich Glück? Blog des Liberalen Instituts der Friedrich Naumann Stiftung für die Freiheit, <https://liberalesinstitut.wordpress.com/2011/03/03/ist-gleichheit-wirklich-glueck/?shared=email&msg=fail>

Krämer, H. (2013): Spitzeneinkommen zwischen ökonomischem und normativem Marktversagen: Marktorientierte und soziale Legitimation von Topmanager-Gehältern, SOEPpapers on Multidisciplinary Panel Data Research, 619-2013, DIW-SOEP, Berlin, http://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.435858.de/diw_sp0619.pdf

Krueger, Alan B. (2012): "The Rise and Consequences of Inequality in the United

States." Remarks delivered to the Center for American Progress. Washington, January 12; <http://www.americanprogress.org/events/2012/01/pdf/krueger.pdf>

Kumhof, M. / Rancière, R. (2010): Inequality, leverage and crises. IMF

Working Paper, WP/10/268. Washington, DC: International Monetary Fund. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp10268.pdf>

Ötsch, S. (2012): Die Normalität der Ausnahme. Finanzoasen als Parallelökonomie von Eliten und die ausbleibende Regulierung. In: Momentum Quarterly, Zeitschrift für sozialen Fortschritt, Vol.1, No.1. <http://momentum-quarterly.org/cms/wp-content/uploads/MQV1N1-oetsch.pdf>

Ostry, J.D. / Berg, A./ Tsangarides, C.G.(2014): Redistribution, Inequality and Growth, IMF Staff Discussion Note, Washington, D.C.: International Monetary Fund.

Oxfam (2014): Working for the few. Political capture and economic inequality. Oxfam Briefing Paper 178; <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en.pdf>

Piketty, T. (2014): Capital in the Twenty-First Century, Belknap Press, translated by Arthur Goldhammer (Original: Le capital au XXIe siècle, Edition du Seuil, 2013)

Schmid K.D. / Stein U (2013): Explaining Rising Income Inequality in Germany, 1991-2010; IMK Study 32; http://www.boeckler.de/pdf/p_imk_study_32_2013.pdf

Stiglitz, J. (2013): Inequality Is a Choice, New York Times, October 13, 2013, <http://opinionator.blogs.nytimes.com/2013/10/13/inequality-is-a-choice/>

Stockhammer, E. (2013): Why have wage shares fallen? A panel analysis of the determinants of functional income distribution. Conditions of Work and Employment, Series No. 35, Geneva: International Labour Organization; http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/--protrav/---travail/documents/publication/wcms_202352.pdf

UNDESA (2013): Inequality Matters - Report of the World Social Situation 2013, United Nations Department of Economic and Social Affairs, United Nations, New York <http://www.un.org/esa/socdev/documents/reports/InequalityMatters.pdf>

Wilkinson R. / Pickett K. (2009): The Spirit Level – Why More Equal Societies Almost Always Do Better; Allan Lane,

World Economic Forum (2014): Global Risks 2014, Ninth Edition, Genf http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2014.pdf



Autores

Victor Báez Mosqueira é secretário-geral da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) eleito em seu congresso fundador em 2008 e reeleito em 2012.

Yasmin Fahimi é secretária-geral do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD) desde janeiro de 2014.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13° andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-45-8

